

**FAMÍLIA E ESCOLA: UM NOVO (RE) PENSAR E (RE) AGIR PEDAGÓGICO****FAMILY AND SCHOOL: A NEW (RE) THINKING AND (RE) ACT PEDAGOGICAL****Isaias Batista de Oliveira Junior<sup>1</sup>****Eliane Rose Maio<sup>2</sup>****RESUMO**

Este artigo tem como propósito demonstrar a involução da escola ao adotar um modelo único de família, do qual se distancia a grande maioria. A escola ao conceber o papel de desenvolver o conhecimento busca dividir a tarefa com as famílias tentando integrá-las ao âmbito escolar como coadjuvantes do processo de ensino-aprendizagem. Porém as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX têm dado novos contornos aos núcleos familiares e o que se observa na maioria das vezes é que o sistema educacional desconhece, ignora ou culpa os novos arranjos familiares pelo “sucesso” ou “fracasso escolar” de seus alunos. Considerações essas que tem despertado o interesse de teóricos em estudar as famílias, buscando identificá-las, de modo que essas características inflijam à escola maior precaução quando se tratar de afirmações taxativas sobre a normatividade das famílias em seus ritos escolares. As considerações finais do referido estudo apontam que investir em capacitação da comunidade escolar, bem como uma reestruturação curricular, são necessárias, objetivando a ética, o respeito à diversidade e o acolhimento dos sujeitos oriundos dessas novas configurações familiares.

**Palavras-chave:** Diversidade - Configurações Familiares – Educação – Integração Família/Escola.

**ABSTRACT**

This article aims to demonstrate the school's involution with the adoption of a single model of family, which the most part of the people are distant. When the school design the function of developing the knowledge, try to share the work with the family, searching to integrate it into the school as a supporting in the teaching-learning process. But the changes that happened in the last decades of the twentieth century have given new dimensions to the households and what is observed in the most of the times is that the educational system unaware, ignore or blames the new family arrangements for the “success” or “school failure” of their students. These consideration has aroused the theorist's interest in studying families, seeking to identify them, so that these characteristics inflict the school more caution when dealing with categorical statements about the family's normativity in their school rituals. The finals considerations of this study indicate that the investment in training the school community, as well a curriculum restructuring are needed, aiming ethics, respect for the diversity and the host of the subjects from these new families configurations.

**Keywords:** Diversity - Family Settings - Education - Integration Family / School.

## INTRODUÇÃO

Não se inicia qualquer locução a respeito de educação sem associar escola<sup>3</sup> e família como co-autoras do processo de ensino-aprendizagem, visto que

A educação tem um papel fundamental na produção, reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica cotidiana – cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto –, que constituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva. Como processo de socialização, a educação tem duas dimensões: social – transmissão de uma herança cultural às novas gerações através do trabalho de várias instituições; e individual – formação de disposições e visões, aquisição de conhecimentos, habilidades e valores. A dimensão individual é subordinada à social no contexto de interesses objetivos e relações de poder, neste caso baseadas na categoria idade-geração, seja na família, seja na escola (CARVALHO, 2004, p. 47).

Como protagonista da formação do ser social, a escola sente a necessidade da inclusão das famílias em seu interior. Seguindo esse viés, Nogueira reporta que “temos assistido, nos últimos anos, a formulação de políticas públicas educacionais visando ao desenvolvimento de participação e da cooperação entre famílias e escola” (2006, p. 156). O Brasil, não ficou alheio a essas políticas e temos presenciado iniciativas governamentais e de estabelecimentos de ensino voltadas ao chamamento da família para o interior da escola, como participantes do processo educacional. No entanto Carvalho (2000, p.149) alega que “ao acentuar a responsabilidade dos pais pelo aproveitamento e sucesso escolar do aluno e pela eficiência e eficácia da escola, a política de articulação família-escola traz uma série de implicações e flexibilidades”, que impõem responsabilidades para ambas as instituições.

No entanto, fica evidente, nessas políticas, que os conceitos de “família” e suas “formas de organização” têm sido pouco trabalhados no ambiente escolar<sup>4</sup>. Uma vez que ao se estabelecer uma parceria entre escola-família, torna-se necessário conhecer afundo os atores envolvidos nesse processo, pois como defende Carvalho “essa forma de política impõe tensões. Em primeiro lugar, ela adota um modelo único de família: afluenta, do qual se

distancia um grande número de famílias” (2004, p.149). E também porque “permanecem implícitas as relações de classe e, sobretudo de gênero, que compõem os modelos de família que conduzem ao sucesso ou fracasso escolar” (2000, p.144).

É necessário, que órgãos governamentais e escolas compreendam as significações de família, ao lançarem políticas de participação e integração da família/escola, uma vez que a família ora considerada “padrão”, vendida como sendo a “ideal” e comprada pelo sistema escolar, deixou há tempos de ser um modelo predominante, devido aos novos arranjos familiares.

Embora não possamos falar em uma total falência do sistema patriarcal, é preciso reconhecer que suas leis e noções internas não dão mais conta das demandas relacionais criadas nas sociedades liberais e democráticas, onde os cidadãos criam e recriam mais livremente suas experiências afetivas. Além disso, contam com recursos técnicos da medicina reprodutiva para escolher como desejam conceber seus filhos. Neste sentido, o declínio do patriarcado tem se mostrado evidente em muitos contextos relacionais, dos quais a família é o mais visível, mas ele permanece ainda com certa força no imaginário social de sociedades ainda frágeis do ponto de vista do favorecimento da expressão livre de seus cidadãos. Isto se verifica não só nas manifestações afetivas, mas na forma como é conduzida, com frequência, a política das relações entre gêneros. Vivemos, assim, muitas contradições: na prática acompanhamos a diversificação dos modelos familiares, mas em tese continuamos, em grande medida, a considerá-los a partir de concepções que se tornam cada vez mais obsoletas (PASSOS, 2005, p. 33).

Por isso pesquisadores da relação escola-família, como Oliveira *et al.*, (2008), Caniço *et al.*, (2010), Nogueira (2006), Dessen e Polonia, (2007) dentre outros autores, têm buscado conceituar e classificar as novas configurações familiares que podem estar presentes no cenário escolar, com o objetivo de evitar erros sucessivos e constantes das escolas no processo de chamamento de “pais”, “mães” e “família” para participarem do processo formativo, como sendo indivíduos e institutos padronizados, estereotipados, normativos e baseados em sexo ou gênero. Esses levantamentos nos permitem comprovar que os laços de consanguinidade, as formas legais de união, o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia, o compartilhamento de renda podem ser algumas das variáveis que, combinadas ou isoladas nos permitem identificar inúmeras organizações familiares, além daquelas ditas “tradicionais”.

Partindo desse pressuposto o presente estudo visa ampliar a publicação sobre as configurações familiares, a fim de demonstrar o desconhecimento das escolas sobre as novas organizações, somando-se aos estudos já existentes. A partir daí delineiam-se os objetivos específicos do trabalho, tais como: analisar o histórico de participação da família na escola; os aspectos que levaram a evolução da composição das famílias contemporâneas através de conceitos; classificações e leis; demonstrar o relacionamento da escola com a família no processo educacional a fim de que ambas possam se adequar aos novos paradigmas familiares conferidos pela evolução dos aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais.

## **BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NO AMBIENTE ESCOLAR**

A integração entre escola e família tem despertado o interesse de cientistas das mais diversas áreas do conhecimento, bem como tem sido alvo de políticas públicas educacionais objetivando a participação e cooperação entre família e escola, principalmente no que se referem à implicação da relação de ambas as instituições no desempenho escolar de discentes nas variadas esferas de ensino. Dessen e Polonia, afirmam que

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (2007, p. 22).

No mais alegam que através dos “benefícios de uma boa integração entre a família e a escola é que se relacionam as possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos” (Polonia & Dassen, 2005, p.305). Consequentemente, as famílias passam a ser convidadas a integrarem as escolas, como contribuintes do processo educativo. Como expõe Carvalho (2004, p.52), ao referir sobre a “instituição do Dia Nacional da Família na Escola, lançado pelo MEC, e da

publicação da Cartilha Educar é Uma Tarefa de Todos Nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças”. Ou campanhas publicitárias para que famílias de estudantes da rede pública recebessem em seus domicílios, pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) com a intenção de avaliarem os serviços públicos escolares prestados.

Seguindo essa esteira, a escola, cria estratégias para introduzir a família no âmbito escolar, partilhando a tarefa de educar, lançando mão de “palestras, cursos, jornadas, “festas da família”, agenda escolar do aluno, bilhetes, contatos telefônicos, conversas na entrada e na saída das aulas” (NOGUEIRA, 2006, p.164)

Refletindo sobre essas políticas educacionais, perguntamos, de que modelos de família estão a falar? Qual simbologismo tem a escola ao aplicar como tarefa aos alunos, a figura de uma gravata<sup>5</sup> para colorir e entregar ao seu pai em comemoração ao “dia dos pais”? Porque atribui às mães<sup>6</sup> a tarefa de auxiliar seus filhos na execução dos “deveres de casa”? Como recebe em um evento festivo a família por ela concebida como não normativa de um aluno? E principalmente, como o aluno se sente ao perceber que a sua família não é aquela transmitida pela mídia<sup>7</sup> e incorporada pela escola como a ideal?

## **ASPECTOS EVOLUTIVOS DA FAMÍLIA**

A instituição familiar passou a refletir as mudanças históricas que ocorreram na sociedade e no percurso destas evoluções se formaram novos núcleos familiares, distantes daqueles modelos de família considerados tradicionais, padronizados, determinando as entidades onde se predomina os aspectos sentimentais.

Após as duas guerras mundiais e a revolução industrial, a família, nas décadas de 50 e 60, passou por modificações acentuadas. Houve um maior incentivo em privilegiar mais o indivíduo, com seus valores e capacidades do que sua posição social, gênero ou idade. A família de características hierarquizadas foi se estruturando como uma família onde os conceitos de igualdade passaram a predominar, contribuindo para isso o surgimento de uma nova perspectiva sobre as questões de gênero. A família moderna após a industrialização passou a ter maiores possibilidades de se constituir através da livre escolha dos cônjuges fundamentada no amor conjugal. Passou-se a dar mais importância à realização pessoal na união conjugal, tendo o afeto,

muitas vezes, o poder de direcionar as decisões pessoais (HINTZ, 2001, p.10).

Diante desse cenário estrutural da família “a mulher passa a trabalhar fora com a finalidade de aumentar a renda familiar. Aos poucos sente a necessidade de ampliar seu campo de trabalho e passa a participar de atividades educativas, profissionais, culturais, artísticas e políticas” (Hintz, 2001, p. 12). A ampliação de seu campo de trabalho e de sua jornada leva-a a passar mais tempo fora de casa. Dentre outros fatores relevantes na formação das novas estruturas familiares, “temos, ainda, as mudanças que afetam diretamente às condições de procriação tais como: barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo” (Ceccarelli, 2007, p. 91-92). Condições essas, que tem dado novos prismas as entidades familiares.

Já, para Oliveira e Araújo (2010) e Alves (2007), mudanças maiores no contorno familiar se deram com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que estabeleceu princípios fundamentais em relação a esse instituto e reconheceu como entidade familiar à união estável e a família monoparental, contrariando o Código Civil de 1916 que previa como *status familiae* aqueles agrupamentos oriundos do instituto do matrimônio. “Foi somente a partir daí que o Estado, constitucionalmente, passou a dar proteção às famílias que não fossem constituídas pelo casamento” (PEREIRA, 2003 p. 08).

Nessa linha, observa-se que a entidade familiar ultrapassa os limites da previsão jurídica, para abarcar todo e qualquer agrupamento de pessoas onde permeie o elemento afeto, ou seja, deverá reconhecer como família todo e qualquer grupo no qual os seus membros enxergam uns aos outros como seu familiar (ALVES, 2007, p 330).

Durante seu processo evolutivo os núcleos familiares acabaram sofrendo “fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar” (Simionato;Oliveira, 2003, p.58). Para Hintz,

Sem dúvida, diversos fatores externos ao grupo familiar advindos das modificações cultural e econômica, da aquisição tecnológica, de

novos valores sociais e religiosos levaram a modificação da estrutura familiar, provocando nos indivíduos a necessidade de se adequarem internamente, reformulando seus valores familiares e individuais (2001, p.11).

Ao analisar esse processo de formação das atuais famílias, verifica-se uma forte tendência para mudanças de uma estrutura ora hierarquizada para uma estrutura de igualdade social. De papéis pré-determinados para papéis complementares. De separação de gêneros para a igualdade de gêneros. Não sendo mais a família para Oliveira *et al.*, (2008, p.88) “atrelada necessariamente à concepção de família nuclear, composta de mãe, pai e filhos, seguindo o modelo tradicional, patriarcal”, cabendo a essas novas instituições,

[...] o papel único e específico de fazer valer, no seu seio, a dignidade de seus integrantes como forma de garantir a felicidade pessoal de cada um deles. A construção de sonhos, a realização do amor, a partilha do sofrimento, enfim, os sentimentos humanos devem ser compartilhados nesse verdadeiro “LAR, Lugar de Afeto e Respeito” (ALVES, 2007, p.336).

Desta forma, a família contemporânea é caracterizada pela redefinição de papéis, socialização e hierarquia. Fatores estes que de forma isolada ou combinada permitem as mais diversas formas de organização familiar centradas na valorização da solidariedade, dignidade, na ajuda mútua, colaboração, bem estar coletivo e aspectos afetivos.

## **ASPECTOS INVOLUTIVOS DA ESCOLA**

Mesmo diante de políticas educacionais e organizacionais de chamamento e participação da família no espaço escolar, visando à efetivação do processo de ensino-aprendizagem e analisando aspectos evolutivos das composições familiares é no cotidiano escolar que se presencia a maior involução dessas propostas.

São no âmbito escolar que se fazem alusão as figuras familiares enfatizando os gêneros, onde se comemora o dia dos “pais” ou das “mães”, fazendo inferências a objetos representativos desses indivíduos. É nesse espaço que a família é estereotipada como sendo aquela normativa. Pois, verifica-se o desconhecimento ou ignorância de alguns educadores<sup>8</sup>, enquanto

figuras representativas da escola no que tange às formas de arranjos familiares ao convidar o “pai” ou a “mãe”, a participarem de rituais, desconsiderando qualquer outra forma de organização familiar que não se enquadre em seus moldes tradicionalistas.

Outra característica que torna evidente o conservadorismo familiar das escolas está impresso ao estabelecer como parâmetros de aprendizagem a procedência familiar, responsabilizando as novas estruturas familiares pelo desempenho escolar de seus alunos<sup>9</sup>.

Tais considerações são alvos de estudos para Carvalho (2000, 2004), Yunes, Garcia e Albuquerque (2007) e Oliveira e Araújo (2010) principalmente no que se refere à visão dos profissionais da educação relacionados à participação da família no processo de ensino-aprendizagem. Uma vez que educadores alegam que a família tem estado por trás do sucesso e tem sido culpada pelo fracasso escolar, acusando as famílias pelas dificuldades dos estudantes. Além de possuírem crenças pessimistas sobre as novas configurações familiares, que aliadas a outros aspectos, são caracterizadas como desorganizadas, desviantes e instáveis. Dessa maneira as famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas dificuldades escolares.

Esses aspectos seguem na contramão de todas as políticas educacionais de integração da família e escola. Uma vez que tende a afastar as entidades familiares que por ela são consideradas desordenadas. Consequentemente o processo de ensino-aprendizagem torna-se comprometido pela desintegração desses institutos necessários para a efetividade da ação.

## **AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES NA ESCOLA**

Definir e classificar a família na atualidade exige conhecimento, uma vez que ela é composta por um emaranhado de redes de interações, na composição de seu mosaico, envolvendo aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais. Na contemporaneidade a família não pode ser definida apenas pelos laços de consanguinidade ou por aspectos legislativos, mas sim por um conjunto de variáveis, incluindo o significado das interações e relações entre as



peças e das alterações sociais. Dessa forma torna-se interessante observar que a dissolução de um modelo de família pode dar origem à outra classificação e vice-versa, ou que um núcleo familiar, pode se enquadrar dentro das mais diversas espécies de família, sendo assim “podemos ver a família como um gênero que comporta várias espécies. É o reconhecimento de que a família não é mais singular. É plural” (Pereira, 2003, p. 08). Já que,

Os laços de consangüinidade, as formas legais de união, o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia, o compartilhamento de renda são algumas variáveis que, combinadas, permitem a identificação de 196 tipos de famílias, produto de cinco subsistemas resultantes da concepção ecológica de *micro*, *meso*, *exo*, *macro* e *cronossistema*). *Microssistema* tem como base as relações diádicas, isto é, como os genitores interagem, com destaque para o grau de intimidade: se o estilo de vida é compartilhado ou separado, se esta relação é considerada heterossexual ou homossexual, se há alteridade no poder ou não. Já aquelas influências provenientes do *mesossistema* compreendem as relações com os filhos, ou seja, a sua presença ou ausência, se eles são biológicos ou adotivos e se moram com os pais ou não. No tocante ao *exossistema* do grupo familiar, esse engloba os contextos e as redes sociais que asseguram o sentimento de pertencer a um grupo especial, social ou cultural, tais como as relações mantidas por laços de consangüinidade ou casamento, vínculos de dependência ou autonomia financeira ou emocional. E o *macrossistema* reflete os valores e as crenças compartilhadas por um conjunto de pessoas, por exemplo, relacionadas ao fato de a união ser civil ou não, de a relação ser estável ou temporária, de os cônjuges habitarem ou não o mesmo espaço físico. E, por fim, o *cronossistema* diz respeito às transformações da família na sociedade, incluindo as suas diferentes configurações ao longo do tempo, dentre as quais a família extensa ou parenteral (PETZOAL, 1996 apud. DESSEN; POLONIA, 2007, p.23)

Demais agentes buscam identificar as entidades familiares fundamentados em outros aspectos, como Caniço *et al.*, (2010) que classificaram as famílias no que diz respeito à estrutura e dinâmica global em 21 categorias, a forma de relação conjugal em 06 divisões e por fim a relação parenteral em 07 grupos. Interessa-nos a primeira classificação, por sua formulação estar ligada a aspectos estruturais tornando mais simples sua visualização por sujeitos externos a ela, ou seja, a escola. Daremos ênfase às configurações daquelas famílias onde seus membros estejam inseridos no cotidiano escolar, através de seus filhos e/ou familiares, a fim de aproximar ambos os institutos, através do reconhecimento de suas peculiaridades.

Características essas que deve impor à escola maior cuidado ao tratar de afirmações categóricas sobre a normatividade da família como participantes do processo escolar.

## **EM BUSCA DE UMA INTEGRAÇÃO MAIS EFETIVA**

Defende Carvalho que

Ao tentar estabelecer uma parceria com a família e convocar os pais (termo genérico para pais e mães), como estratégia de promoção do sucesso escolar, a escola, deve considerar principalmente a diversidade de arranjos familiares de uma parte considerável das famílias bem como as relações de gênero que estruturam as relações e a divisão de trabalho em casa e na escola (2004, p.42).

Pois como afirmam Oliveira e Araújo (2010) e Polônia e Dessen (2005), não restam dúvidas de que para profissionais da educação entender a relação que se estabelece entre a família e a escola é necessário antes, conhecer a concepção que os mesmo têm a respeito da família de seus alunos, uma vez que o reconhecimento das diferenças na composição familiar, possibilitaria implementar estratégias apropriadas de chamamento da família para participar no âmbito escolar, bem como fornecer orientações específicas para cada família/aluno, observando-se as características culturais, os papéis e a disponibilidade efetiva para concretizar as atividades conjuntas a ambas instituições - o processo de ensino-aprendizagem.

A integração do ambiente escolar com a família contemporânea não é uma tarefa fácil e para Polônia e Dessen (2005, p. 310) “não deve ser encarado de forma amadora ou idealística. Urge que dados empíricos sejam gerados, permitindo a identificação de valores que facilitam ou dificultam essa interação”, principalmente no que tange as configurações familiares.

Como princípio básico, reconhecer os processos que permeiam as duas instituições e suas inter-relações possibilitaria o que nos traz Gasparin (2011, p. 03) a criação de um método de ensino reconstruído em suas plurideterminações, dentro das novas condições de produção da vida humana, e que não se resume a escola, mais sim a realidade social mais ampla, uma vez que a leitura crítica dessa realidade torna possível apontar um novo pensar

e agir pedagógico descaracterizado de um idealismo familiar, e despojado sobre o prisma da diversidade de sua composição.

## **APRESENTANDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Profissionais e estudiosos de áreas correlatas à educação têm focalizado a família como objeto de estudo a partir da constatação de que ela desempenha papel fundamental no processo ensino-aprendizagem. Porém a complexidade dos fatores que interferem na sua constituição requer que todos aqueles que pretendem defini-la em suas pesquisas, busquem refletir que ela deve ser compreendida historicamente e analisada em suas especificidades.

Partindo desses pressupostos, podemos destacar três aspectos fundamentais para a compreensão das novas configurações familiares;

Sua consideração dentro de um contexto mais amplo das relações sociopolíticas de uma dada realidade; a observação de uma ética relacional que dê conta das transformações que ocorrem nos pequenos grupos regidos pelas redes de afeto; e, por fim, o entendimento de que uma ética relacional que assegure as especificidades de cada contexto possa evitar, em futuras gerações, o martírio advindo de posições preconceituosas que excluem os sujeitos por não pertencerem aos padrões estabelecidos e não se regularem pelos valores hegemônicos (PASSOS, 2005, p. 33).

Falamos, então de evitar o preconceito, e o açoite imposto pelos padrões de normatividade aos integrantes dessas atuais configurações familiares, para isso propomos as escolas;

Que as novas formas de ser família hoje sejam consideradas a partir de uma ética que leve em conta as demandas afetivas dos sujeitos nelas envolvidos. Esta ética deve estar assentada, portanto, nas diferentes formas de conjugalidade, parentalidade e filiação que configuram um contexto familiar baseado nos laços de afeto. Seus princípios adviriam não mais das leis gerais que fundamentam a ordem familiar patriarcal, mas das novas redes que sustentam as relações de afeto nas novas famílias. Isto significa dizer que ela está sendo reconstruída permanentemente a partir das expressões relacionais que se diferenciam, repercutindo no contexto da sociedade mais ampla, ao mesmo tempo que são marcadas pelas tramas sociais (PASSOS, 2005, p. 33-34).

Embora os conceitos de família possam ser diversos, para Simionato e Oliveira (2003, p.58) “um ponto comum é que a união dos membros de uma família, com ou sem laços consanguíneos, se dá a partir da intimidade, do respeito mútuo, da amizade, da troca e do enriquecimento conjunto”, ou como defende Alves (2007, p.330) “onde permeie o elemento afeto”. E tal qual, é conveniente que a escola haja com a mesma conduta ao relacionar-se com essas entidades familiares.

Esse estudo nos leva a pensar nas inúmeras plasticidades das configurações familiares, características essas que deve infligir à escola maior precaução quando se tratar de afirmações taxativas sobre a normatividade da família em seus ritos escolares. É imprescindível que a escola olhe para essas famílias com flexibilidade e bom senso, na tentativa de estabelecer uma ética educacional em que os sujeitos envolvidos em seu processo, possam expressar suas singularidades afetivas, culturais e sociais.

Baseado nos estudos de teóricos aqui apontados e pela vivência no cotidiano escolar é possível apontar que o conceito que a escola apresenta de família na contemporaneidade é retrógrado, o que comprova a necessidade de novos estudos a respeito da relação escola e família, a revisão dos atuais currículos educacionais, bem como a criação de políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada de educadores, com enfoque nas atuais composições familiares, identificando suas características e condições evolutivas. Focados na instauração de uma escola democrática e maleável perante as mudanças decorrentes dos aspectos cognitivos, sociais, econômicos, culturais e afetivos nos novos núcleos familiares - que se encontram cada vez mais frequente no âmbito escolar - de forma a combater o preconceito e o caráter hegemônico apresentado pelas instituições de ensino em todo o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O Reconhecimento Legal do Conceito Moderno de Família: O Art. 5º, II e Parágrafo Único, da Lei Nº 11.340/2006 (Lei Maria Da Penha). **De jure**: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n.8, p.329-34, jan./jun, 2007.

- CANIÇO, Hernani *et al.* **Novos Tipos de Família**. Plano de Cuidados. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1ª ed. jun, 2010.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, jan./abr.2004.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre a família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 143-155. julho/2000.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, p.89-102, jun. 2007.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, p.21-32, 2007.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5ª.ed. rev., 1. reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**. p.8-19, 2001.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, n. 31(2). p.155-170, jul/dez. 2006.
- OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ARAÚJO, Claisy Maria Marinho. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**. Campinas. p.99-108, janeiro-março. 2010.
- OLIVEIRA, Débora et al. Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, p.87-98, jan./jun. 2008.
- PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psi. Clin**. Rio de Janeiro, vol. 17, n.2, p.31-40, 2005.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família: uma abordagem psicanalítica**. 2ª. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- POLÔNIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca da compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**. Vol. 9.n.2, p.303-312, 2005.
- SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. Funções e Transformações da Família ao Longo da História. **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPpPr** – p.57-66., nov./2003.
- YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças

dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicol. Reflex. Crit.**, vol.20, n.3, p. 444-453. 2007.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Nutrição pela Universidade Filadélfia de Londrina e Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [jr\\_oliveira1979@hotmail.com](mailto:jr_oliveira1979@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora e Pós-Doutora em Educação Escolar – UNESP/Araraquara, Docente da Universidade Estadual de Maringá, do Departamento de Teoria e Prática da Educação – DTP e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação – PPE. E-mail: [elianerosemaio@yahoo.com.br](mailto:elianerosemaio@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Referimo-nos a Escola como sendo o espaço educacional que oferta as modalidades de ensino infantil, fundamental, médio e creche.

<sup>4</sup> Fato que observamos corriqueiramente nos ambientes escolares ao invocarem pais e/ou mães a participarem do processo de ensino-aprendizagem.

<sup>5</sup> Citamos como exemplo a figura de uma gravata por ser um objeto que representa a figura masculina do ponto de vista escolar e que faz alusão a figura paterna.

<sup>6</sup> Em nossa experiência educacional observamos a escola incumbir às mães a missão de auxiliar seus filhos na execução das “tarefas de casa”.

<sup>7</sup> As propagandas midiáticas, em sua maioria, divulgam as famílias como sendo aquelas compostas pelo pai, mãe e filhos e a escola reproduz esse modelo.

<sup>8</sup> Ao programar um encontro pedagógico com Diretores Escolares e Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino, sendo um dos temas propostos às novas configurações familiares e a necessidade de formação de professores e a adequação curricular para inclusão dessas entidades no âmbito escolar, ficou explícito a involução de alguns desses educadores ao defenderem a idéia de que se ajustar aos novos moldes de família, seria desvirtuar o tradicionalismo, pois em sua visão, mesmo que existam outras composições familiares, aquele modelo que em sua concepção é normativo, continua a predominar na sociedade contemporânea. E que tal debate poderia incutir em seus educandos valores liberais ao considerar como entidade familiar toda e qualquer forma de organização.

<sup>9</sup> Aspectos que se tornam evidentes em reuniões e conselhos de classes ao nos referirmos a algum aluno e seu desempenho escolar ser apontado como resultado da sua composição familiar.

RECEBIDO EM: novembro/2013

APROVADO EM: dezembro/2013